

“PARA PODERES VIVER COMO GENTE” REFLEXÕES SOBRE O PERSISTENTE COMBATE

ao Modo de Vida Disperso em Moçambique

FERNANDA BIANCA GONÇALVES GALLO*

RESUMO

Este texto versa sobre o debate construído e o combate posto em prática em torno do modo de vida disperso vivenciado por grande parte da população moçambicana tanto no período colonial, quanto no pós-independência. Entendendo a dispersão como símbolo de atraso, diferentes projetos de poder tentaram suprimi-la e alterá-la por noções de desenvolvimento que pouco dialogavam com as realidades locais. Esse é o caso dos aldeamentos coloniais e aldeias comunais que serão aqui apresentados, indicando uma persistência histórica institucional no combate a dispersão.

Palavras-chave: Dispersão; Projetos de Poder; Colonialismo; Independência.

ABSTRACT

This text reflects about the debate built and the combat put into practice around the dispersed way of life experienced by a large part of the Mozambican population both in the colonial period and in the post-independence period. Understanding dispersion as a symbol of backwardness, different power projects tried to suppress it and change it by notions of development that had little dialogue with local realities. This is the case of the colonial settlements and communal villages that will be presented here, indicating a historical institutional persistence in combating dispersion.

Keywords: Dispersion; Power Projects; Colonialism; Independence.

* Doutoranda em Antropologia Social (UNICAMP).
Email: fedoca_gallo@hotmail.com

“Foge do bandido. Vem construir tua casa junto das autoridades para poderes viver como gente. Pensa na saúde e educação dos teus filhos. Apresenta-te”.

A frase apelativa foi publicada em um panfleto como parte da propaganda da chamada ação psico-social de Angola que, assim como nas outras colônias portuguesas em África, buscava convencer a população a se aglomerar em aldeias controladas pelo exército colonial. Tratava-se de um período em que o avanço nacionalista ganhava terreno e os supostos benefícios de uma vida aglomerada foram entendidos como fundamentais para atrair a população local pelo lado português da guerra. Nesta direção, elementos como assistência médica, escolas e casas de alvenaria (preferencialmente quadradas) serviam para publicitar as vantagens de uma vida aglomerada.

Contudo, o debate sobre a dispersão da população local não se restringiu ao contexto da guerra, ao contrário, ele fez parte das preocupações coloniais desde a ocupação efetiva em fins do século XIX e início do século XX e se acirrou com as reformas administrativas do Estado Novo, posto em prática com o *Acto Colonial* (1933). Esta é uma questão importante a ser discutida já que, ainda hoje, sobretudo por conta da especulação da terra para os megaprojetos de exploração de recursos naturais, o modo de vida disperso de grande parte da população moçambicana continua sendo motivo de disputa, assim como também foi no período do pós independência, em especial durante o governo do presidente Samora Machel (1975-1986). Samora, imbuído um ideal de coletivização socialista, chegou a declarar que: “dispersos e desorganizados não podemos exercer o poder”².

Analisando as fontes documentais da administração colonial (sobretudo o Fundo de Tete e o Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique) e da administração pós-colonial (especialmente a Comissão Nacional das Aldeias Comuns), vê-se que a dispersão é apresentada como impedimento do *progresso*, da *evolução* e do *desenvolvimento*, termos reiteradamente utilizados no período tardo colonial, socialista e no atual desenvolvimentista. Em suma, a aglomeração de pessoas foi sendo delineada como um pré-requisito para *viver adequadamente* ou *viver como gente*. Assim sendo, o presente texto analisa a persistência histórica em diferentes projetos de poder em Moçambique que se valeram do combate à dispersão como um elemento para legitimar o reordenamento e o conseqüente controle das populações deslocadas.

O debate colonial

O controle sobre o movimento das populações locais, incluindo o fluxo para países vizinhos foi uma preocupação constante da administração colonial devido ao propósito maior de garantir a cobrança de impostos³. Não por acaso, em 1904, foi criada a *Curadoria dos Negócios Indígenas e Emigração*, elevada a Secretaria em 1907, e pouco tempo depois, em 1914, foi instituído o *Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas*, substituído pelo *Código de Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas de África* que perdurou até 1962. Contribuíram

1 Panfleto produzido pela ação psico-social colonial, encontrado no Blog do ex-combatente Ant3nio C. Martins Matos. Disponível em: <https://acmm848.wordpress.com/>. Acessado em 23/06/2016.

2 MOÇAMBIQUE. Comissão Nacional das Aldeias Comuns. Discurso de Samora Machel na abertura da Escola do Partido, VIII Seção do Comit3 Central. Maputo, Arquivo Hist3rico de Moçambique, Cx 166, 25/10/1975.
3 Ver: WUYTS, Marc. “Economia Pol3tica do colonialismo português em Moçambique”, *Estudos Moçambicanos*° 1, 1980, p.9-22.

para tal controle a reforma administrativa que dividiu o território entre os *Conselhos* formados por povoações sedes do governo ou outras povoações com evidente presença da população branca e assimilada e as *Circunscrições* rurais formadas por um conjunto de regedorias em torno de postos administrativos onde vivia a grande parte da população classificada como *indígena*⁴.

Neste contexto de forte racialização, um dos primeiros debates em torno da necessidade de reordenamento rural dos aldeamentos nas colônias foi encontrado no Boletim Geral das Colônias de 1941, que se dedicou longamente a discutir o Processo de Consulta nº 37, intitulado *Organização social e econômica das populações indígenas*⁵. Logo no início do texto, somos informados que o processo é constituído por um projeto de decreto com catorze artigos em que são estabelecidas “algumas das bases essenciais em que deverá assentar essa obra tão necessária e tão importante de aldeamento indígena nas colônias”⁶ e um parecer elaborado pelo Conselho do Império Colonial, incluindo as declarações de votos de seus participantes⁷.

O condutor do debate e relator do parecer, o professor de direito Lopo Vaz de Sampaio e Melo iniciou sua apreciação do tema pontuando a urgência de “combater de frente e com decisão, o nomadismo tribal onde quer que se observem, entre os indígenas, quaisquer hábitos ou, se quer, tendências erráticas”⁸. A partir desta perspectiva, o texto vai posicionando o aldeamento enquanto uma ferramenta para concretizar o projeto assimilacionista português, assim como supostamente garantir o controle sobre a população e o consequente excedente a ser comercializado. Não por acaso, o professor Melo sugeriu o ensino agrícola “estritamente prático” para cada aldeia e previu demais ações intervencionistas, como a imposição de práticas higiênicas e a implementação de cooperativas indígenas de produção e consumo.

Também o tema das habitações foi analisado pelo professor que ponderou sobre a capacidade dos *indígenas* em se organizarem social e territorialmente em torno de propriedades comandadas por *casais*. Para ele, a partir da assimilação dos valores europeus, o habitat poderia ser organizado em torno dos casais, que deveriam viver em:

Uma habitação de tipo gentílico, mas higiênica; um quintal de dois a quatro hectares de superfície, com um cercado em que serão, exclusivamente, feitas a cultura permanente de árvores de fruta e outras e a cultura hortense e instalações apropriadas para animais de trabalho e aves domésticas⁹.

Outra sugestão de Melo consistia na redução do quintal do *casal* para 1 hectare e o quintal da família, em torno das aldeias, dos 5-10 hectares iniciais para 2- 4 hectares. E a terra destinada a esses *casais de família* não poderia ser alienada e teria preferência os chefes familiares que tivessem prestado serviço militar e com bom comportamento,

4 Importante mencionar que a racialização dos povos que “embasou” a diferenciação e estipulou as fronteiras sociais entre *indígenas* e *assimilados*, além de categorias como destribalizados ou semi-assimilados, junto com a exploração do trabalho e a expropriação de terras são elementos indissociáveis para a análise do domínio colonial português no continente africano. Ver: ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique*. 2ª ed. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2007.

5 Das 168 páginas do citado Boletim, 112 delas são dedicadas ao assunto dos aldeamentos. Fonte: PORTUGAL. Agência Geral das Colônias, Boletim Geral das Colônias, Processo de Consulta nº 37: Organização social e econômica das populações indígenas. Lisboa, Vol. XVII - 191, 1941, 168 págs. Disponível em <http://memoria-afrika.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=BGC/BGC-N191&p=88>. Acessado em 25/05/2016.

6 *Ibidem*, p.7.

7 O Conselho do Império Colonial, existente desde 1850, foi o principal organismo colegial e consultivo permanente, integrado no Ministério das Colônias/Ultramar. Suas funções eram aconselhar na produção e fixação de pareceres para aplicação da política colonial e julgar, funcionando como Supremo Tribunal Administrativo e Fiscal.

8 *Ibidem*, p.52.

9 *Ibidem*, p.53.

depois os que tivessem sido recrutados em grandes empresas agrícolas e, por fim, os que tivessem maior número de filhos. Além disso, as empresas agrícolas, empresas pecuárias, industriais e mineiras deveriam contar com o apoio do Estado para organizar tais aldeias em uma nítida relação entre os aldeamentos e reserva de trabalho para tais empresas.

Contudo, o parecer conduzido por Sampaio e Melo não agradou a todos do Conselho do Império Colonial. Os embates ficam evidentes nas declarações de voto de seus participantes. Eduardo Marques, por exemplo, apregooou que a *promiscuidade gentilica* manifesta na poligamia deveria promover a instituição de diferentes espaços, como aldeias cristãs formadas por casais educados nas missões religiosas patrocinadas pelo Estado e aldeias de *indígenas* e mestiços assimilados em bairros *indígenas*, próximos aos grandes centros urbanos. Já para Teófilo Duarte o *indígena* relutava em se aldear devido “o sacrifício que para ele representa as chamadas constantes para os serviços os mais diversos”¹⁰. Portanto, o problema do aldeamento estaria no sistema de recrutamento gratuito e obrigatório da mão de obra.

Porém, a mais reveladora declaração de votos frente ao reordenamento territorial indígena foi elaborada por Álvaro Eugênio Neves da Fontoura. Citando seu próprio texto *O Trabalho dos Indígenas de Timor*, apresentado no Congresso Colonial, e valendo-se da sua experiência como governador daquele território, Fontoura fala dos problemas que lá enfrentou. O primeiro deles derivaria do fato que “os indígenas, no geral, preferem que a sua vida decorra fora dos olhares indiscretos de quem não compreende bem seus usos e costumes”¹¹. Por mais que a administração tenha se esforçado na construção das aldeias com casas bem alinhadas, o autor evidencia que a população local criava estratégias para negar tais aldeias já que “muitas vezes essas aldeias ou não chegam a ser ocupadas, ou são-no, sobre pressão da autoridade, apenas durante o tempo necessário para que essa pressão diminua, e depois tudo volta à situação anterior”¹². Intitulando-se conhecedor da mentalidade *indígena*, Fontoura recomendava verificar se a construção da aldeia seria considerada pelos *indígenas* como um benefício ou não. Tal cautela seria uma estratégia para incentivar outras populações a se aldearem por conta própria. Fontoura também se mostrou atento aos significados da dispersão dos *indígenas* que, segundo ele, tinham “razões lógicas de ser”, como imperativos econômicos e de segurança frente a intempéris da natureza.

A participação de Fontoura no debate mostra que a administração portuguesa teve indícios práticos para perceber que a simples criação de uma aldeia não seria suficiente para uma mudança de práticas locais. Embora muitos dos legisladores nunca tivessem pisado o pé nas colônias, criando um enorme fosso entre teoria e prática, Fontoura se destacou por trazer, diante do Conselho, sua experiência frustrada com o reordenamento de populações em Timor. Ainda assim, o que parece ter prevalecido foi uma leitura da aglomeração populacional enquanto essencial para a alteração dos modelos indígenas de organização do trabalho e da família, intimamente ligados com seus territórios.

Outros indícios práticos da complexidade em se aldear as populações indígenas foram mencionada no parecer da Câmara Corporativa que citou a fala do diretor de negócios indígenas do território da Companhia de Niassa após o resultado desanimador experimentado na edificação de uma povoação em Nhangoma, a 20 Km de Beira. Para o diretor, a povoação não havia funcionado pois se constatou que a base da organização social dos *indígenas* era a família e a maior parte das povoações *indígenas* era constituída por uma só família e seus descendentes. Ou seja, colocar as famílias em um único território, produzindo lado a

10 *Ibidem*, p.75.

11 *Ibidem*, p.94.

12 *Ibidem*.

lado, seria uma operação fadada ao fracasso uma vez que afetaria diretamente o dito sistema tribal. Diante deste quadro, o parecer concluía que seria mais simples aldear os "desenraizados" como antigos soldados, serviçais, indivíduos cristianizados e mulçumanizados.

Em suma, o projeto de decreto sobre a *Organização social e econômica das populações indígenas* destila os princípios em que a desterritorialização foi sendo acionada no período colonial. E embora algumas críticas tivessem sido pronunciadas, o projeto evidenciou duas principais frentes que pautaram o reordenamento rural colonial naquele altura: a frente econômica pautada na "conhecida fórmula - Para o indígena a produção, para o europeu a comercialização e industrialização"¹³ e a frente pretensamente civilizatória em que o aldeamento era visto como o caminho para a imposição de hábitos higiênicos, familiares monogâmicos (casal de família) e, sobretudo, o hábito do trabalho através das *machambas* demarcadas, com produção de culturas pré-determinadas.

Portanto, combater a dispersão significava, ao mesmo tempo, a possibilidade de transformar "os usos e costumes" dos "incultos indígenas" e controlar o seu trabalho, garantindo tanto a matéria prima para o mercado europeu quanto o pagamento dos impostos resultantes da venda dos excedentes e das atividades laborais nos territórios vizinhos. E esse conjunto de ações moralizantes e lucrativas ajudou a legitimar, ao menos no campo das ideias, a continuidade da empreitada colonial portuguesa nos territórios ocupados. Mas, como o próprio documento atesta, a população local criava estratégias como ocupar as aldeias apenas no momento de pressão colonial, abandonando-as em seguida. Como veremos, a mesma situação se verifica nos aldeamentos coloniais edificados a partir da década de 1960 e também nas aldeias comunais, consideradas a coluna vertebral do socialismo moçambicano.

O debate colonial em torno dos aldeamentos resultou na aplicação do ruralato em Moçambique, cujo projeto foi apresentado em 1944, pelo Inspetor Franco Rodrigues após uma pesquisa de campo na Zambézia. O ruralato foi um meio termo entre a ocupação dispersa e a concentração em aldeias já que preservaria a unidade espacial entre residência e produção e consistia na distribuição de 2-8 hectares em um local determinado pela administração, onde as populações seriam convencidas a permanecer e plantar aquilo que fosse igualmente determinado¹⁴. O primeiro passo para controlar a dispersão seria, portanto, transformar a agricultura itinerante com a fixação das famílias. O ruralato se fez presente em vários distritos no norte de Moçambique na década de 1940 e início de 1950, sobretudo em áreas de produção de algodão subtraindo, cada vez mais, terras e tempo dedicados a produção de alimentos para as próprias populações.

O debate acerca da reordenação rural nas colônias também incluiu a discussão sobre modelos de organização espacial que foram sendo gestados especialmente a partir da criação do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), em 1944. Neste mesmo ano a *Exposição de Construções nas Colônias Portuguesas* realizada no Instituto Superior Técnico evidenciou a importância da arquitetura como símbolo da "civilizadora" presença portuguesa. Naquele evento, maquetes, mapas e centenas de projetos de portos, aeródromos, hospitais, hotéis, planos urbanísticos, sanitários, foram expostos em diferentes salas como *Obras Públicas-Engenharia e Arquitetura* (sala 1 e 3); *Assistência médica* (sala 2), *Grandes Companhias Coloniais* (sala 4); *Edifícios Públicos-palácios governamentais, Habitações* (sala 5) *Habitação colonial* (sala 6); *Ensino* (sala 7) e *Monumentos religiosos* (sala 8). Segundo Marcelo Caetano na abertura da exposição: "Os espaços a encher são vastíssimos;

13 *Ibidem*, p.105.

14 NEGRÃO, José. *Cem anos de economia da família rural africana: O delta do Zambeze em análise retrospectiva*. Maputo: Texto Editores, 2005.

demorada e persistente, contínua sobretudo, tem de ser a nossa ação construtiva¹⁵.

A *Exposição das construções* certamente se inspirou na *Exposição do Mundo Português*, realizada em 1940, que já espelhava a relação direta entre poder político e organização do espaço através da arquitetura. Em um grande pavilhão da *Seção Colonial* dedicado as missões católicas, o “estilo português” da casa missionária caracterizava-se pela simplicidade, recolhimento e beleza, segundo palavras do idealizador da seção Henrique Galvão. Contudo, como mencionou Omar Thomaz (2002) “o propósito do pavilhão não era, pois, de retratar apenas uma possível missão portuguesa do ultramar; pretende-se criar um estilo que pudesse servir de modelo as possíveis construções futuras¹⁶.”

Importa mencionar que parte da arquitetura gestada nestes espaços foi aplicada nas colônias e depois reutilizada no pós independência, como evidenciou, por exemplo, as diversas plantas de casa projetadas para as aldeias comunais encontradas em fontes documentais e analisadas em outro texto¹⁷. Ainda sobre as exposições coloniais, Milheiro (2013) lembra que era justamente nestes espaços que o imaginário da arquitetura popular do núcleo das aldeias portuguesas se cruzava e se fundia com as propostas elaboradas para os futuros colonos europeus em África¹⁸.

Em 1952 o recém nomeado Gabinete de Urbanização do Ultramar (1952-1957) ampliou os programas de Instalações dos Liceus e Escolas do ensino profissional, segundo uma orientação arquitetônica funcionalista, como o exemplo prático da Escola Técnica Elementar de Nampula. E em 1958, as funções do Gabinete passaram para a Direção de Serviços de Urbanismo e Habitação (DSUH) sob jurisdição da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar (DGOP). Neste período, e já influenciado pela pressão nacionalista e críticas internacionais sobre a colonização, os projetos arquitetônicos buscaram diminuir a alusão representativa da metrópole em uma tentativa de “africanizar” a intervenção portuguesa nas aldeias, com a divulgação de projetos que considerassem a “tradicional casa africana”.

Porém, com o despontar da guerra de Angola em 1961 e de Moçambique em 1964 os estudos de técnicas construtivas locais foram sendo substituídos por projetos que atendessem diretamente os fins militares, a exemplo dos aldeamentos. Deste modo, os aldeamentos seguiram uma lógica militar pragmática que privilegiava questões de acesso e defesa. Ou seja, com a guerra de independência, o reordenamento rural ganhou outros significados que aqueles debatidos em 1941 e aplicados no ruralato. De um espaço para se propagar os hábitos europeus incluindo noções de trabalho e moralidade, os aglomerados foram sendo transformados, sobretudo, em fortalezas físicas e psicológicas que impediriam o avanço dos chamados subversivos.

Os aldeamentos propagandeados como um local ideal para “viver como gente” tinham um perfil extremamente militarizado que se fazia notar, entre outros, nos arames farpados e nas minas terrestres que “protegiam” os aldeados, nas torres de vigilância e na ação de diferentes forças como polícias do distrito, tropas do exército e milícias comandadas pela Organização de Voluntários (OPV) que agiam a nível interno dos aldeamentos. Todos os que viviam nos aldeamentos deveriam ser registrados pela administração local e portar cartões de identidade

15 PORTUGAL. Agência Geral das Colônias, Boletim Geral das Colônias, *Exposição das Construções na Colônia*, Vol. XX - 233, 1944, p.166. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=BGC/BGC-N233&p=10>. Acesso em 25/05/2016.

16 THOMAZ, Omar. *Ecoss do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, p.266.

17 Ver: GALLO, Fernanda. *“Andando a procura dessa vida”: Dinâmicas de deslocamento na Província de Tete-Moçambique - do colonialismo tardio à mineradora Vale*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

18 MILHEIRO, Ana. “Africanidade e Arquitectura Colonial: A casa projectada pelo Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)”, *Cadernos de Estudos Africanos*, n°25, 2013.

especialmente detalhados. Suas casas deveriam ser numeradas e entradas e saídas controlados.

Programados para abrigar uma média de 1000 pessoas, as circunstâncias da guerra apressaram a aglomeração de pessoas de forma vertiginosa, em média 20 vezes mais que os antigos aglomerados familiares. Os aldeamentos da parte central do Conselho de Macanga, em Tete, por exemplo, reuniram no ano de 1969 cerca de 3364 pessoas em Zangaia e 3344 em Chioco¹⁹. Seguindo um padrão urbano, os aldeamentos deveriam ter ruas principais largas com uma média de 20 metros e ruas secundárias com cerca de 10 metros. As famílias aldeadas passaram a ter direito a 0.5 hectares para a constituição de sua *machambas* enquanto anteriormente utilizam cerca de 5 hectares. Os lotes residenciais tinham 600 m² por família "nuclear" sendo que os polígamos tinham direito a um extra de 300 m² por esposa adicional.

Mesmo com pouca terra cedida a administração portuguesa previu um desenvolvimento econômico através da introdução de culturas de mercado como amendoim, girassol, tabaco ou algodão. Não obstante os planos de produção, não era permitido que os campos agrícolas ultrapassassem 4 km de distância dos aldeamentos, reduzindo ainda mais a disponibilidade de terras. Além desses elementos complicadores para a produção e sobrevivência dos agregados familiares, os aldeamentos poderiam sofrer mudança de lugar como no caso dos aldeamentos de Namuera e Túmpuê, na circunscrição de Marrupa, segundo informa uma documentação confidencial. Na carta, enviada em 8 de janeiro de 1970 pela administração de Vila Cabral ao governador do Distrito, justifica-se uma nova transferência de populações devido ao receio de colaboração com inimigos²⁰. A vida nos aldeamentos implicava, portanto, em um misto de vigilância, temor e falta de liberdade constantes.

Outro problema causado pela remoção de pessoas para os aglomerados foi a junção de diferentes autoridades tradicionais em um mesmo território. Sobre tudo entre 1971 e 1972, quando o número de aldeamentos cresceu, não era difícil encontrar dois ou três régulos ou chefes de grupo em um único aldeamento elevando o nível de tensão e disputas. Além disso, colheitas inteiras foram abandonadas e toda a noção de territorialidade, que identifica na terra um espaço de vida, foi severamente afetada²¹. Em suma, a antiga terra constituída enquanto um espaço para a colheita, socialização, culto, casas, currais, árvores e aves foi substituída por um espaço formatado por cercas e circundado por minas terrestres. Soma-se a isso a falta de segurança uma vez que a comida insuficiente, obrigou os moradores a irem às antigas *machambas* sob escolta militar o que representava um grande risco de ataque dos nacionalistas em direção a escolta.

Insatisfeitos com a aglomeração nos aldeamentos, inúmeros foram os casos de fuga. A relutância em se aldear foi uma prática frontal como demonstra a correspondência enviada pelo administrador do Posto Administrativo de Chire, Niassa. Nela informa-se sobre a falta de interesse da população no corte de capim e madeira, que deveria ter sido feito para a construção de casas no aldeamento do Chantengo. Segundo relatado, o regedor Changata e também o regedor Chirombe não concordavam em se deslocar para o citado aldeamento e que provavelmente não o fariam, nem tão pouco as suas gentes. O mesmo documento informa que o chefe de povoação Baulane, comunicou a fuga de cinco famílias das suas terras para o Malauí, fato que o próprio regedor dizia desconhecer.

19 COELHO, João Paulo Borges. *Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War*. Tese de PhD, Universidade de Bradford, Departamento de Estudos Econômicos e Sociais, 1993.

20 MOÇAMBIQUE. Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique. Lisboa, Arquivo da Torre do Tombo, Documento avulso n°1641, de 26/10/1973.

21 Territorialidade aqui entendida como o processo de construção de sentidos e significados de um grupo para com um determinado território. VER: GODOL, Emília Pietrafesa. Territorialidade. In: SANSONE, Livio & FURTADO, Cláudio Alves (orgs.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014.

Em Cahora Bassa, na regedoria Metape, falou-se em povoações revoltadas com os aldeamentos que:

Para não serem aldeadas, alegam que: a) o administrador os quer meter nos "currais" para os poder matar de uma só vez, b) a dureza de trato do regedor, em que o Administrador confia e delega ordens para execução dos aldeamentos. Deste modo consta que estão à espera de terroristas que andam no mato, que prometem apoiá-los e a quem tencionam pedir para matar o regedor²⁴.

A resposta portuguesa frente ao apoio aos "subversivos" era bastante violenta com massacres, destruição de casas, celeiros e machambas. O massacre de Wiriyamu em Changara, Tete, se inscreve neste contexto²³. Contudo, a prática de negar os aldeamentos raramente era examinada em profundidade pela administração portuguesa e geralmente resumida a uma "reconhecida relutância das populações em se aldearem e que pode traduzir a instabilidade psicológica das mesmas" conforme documentação citada²⁴.

As regiões centro e norte, com suas inúmeras fronteiras, foram os principais alvos da formação dos aldeamentos, já que poderiam servir (como serviram) de base para os grupos nacionalistas. Assim, entre 1964 e 1968 os aldeamentos concentraram-se, sobretudo nos então distritos de Cabo Delgado e Niassa, criando uma espécie de cinturão ao sul da fronteira com a Tanzânia. Entre 1968-1971, com a Frente de Tete, aberta em 8 de março de 1968, a militarização da região se tornou evidente e o número de aldeamentos cresceu na mesma proporção. Calcula-se que no mínimo 50% da população de Tete tenha sido deslocada para 250 aldeamentos, entre eles o aldeamento de Cateme, em Moatize, que teve como objetivo agrupar pessoas para proteger a linha de trem em direção a hidrelétrica Cahora Bassa, grande empreendimento colonial português. Ironicamente, o Cateme é o mesmo local onde a população considerada rural foi reassentada pela mineradora brasileira Vale.

O debate socialista

Em um primeiro momento, rivalizando com o modelo de aglomeração populacional dos aldeamentos coloniais, a FRELIMO criou, sobretudo nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete, as chamadas zonas libertadas ou territórios onde a administração colonial foi sendo expulsa pela Frente, logo após o início da guerra de libertação. Nestes espaços, os habitantes foram organizados a partir da produção agrícola coletiva, convívio social regulado pelos Comitês Disciplinares e aulas de reeducação política "para fornecer as pessoas os princípios que talvez não tenham obtido em casa, para dar a conhecer os princípios da revolução"²⁵.

Assim como os aldeamentos coloniais, as zonas libertadas também eram propagandeadas como um local seguro e buscavam atrair a população para um dos lados da guerra. A propaganda política abaixo, produzida pela FRELIMO, ilustra de maneira primorosa a aglomeração populacional como elemento catalisador na disputa entre nacionalistas e colonizadores.

22 MOÇAMBIQUE. Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique. Relatório Imediato, Circunscrição Cabora-Bassa. Lisboa, Arquivo da Torre do Tombo, n^o1635, de 8/4/1971.

23 Ver: "O Massacre de Moatize: Testemunhos da explosão e da chacina 34 anos depois", *Revista Única*, 2011. Disponível em: http://macuaa.blogs.com/files/massacre_moatize_unica.pdf

24 MOÇAMBIQUE. Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique. Relatório Imediato, Circunscrição Cabora-Bassa. Lisboa, Arquivo da Torre do Tombo, n^o1635, de 8/4/1971."

25 MOIANE, José (Entrevista). O direito e a Justiça nas zonas libertadas". Periódico Justiça Popular, *Boletim do Ministério da Justiça*, Jan-Junho de 1984. Moçambique.

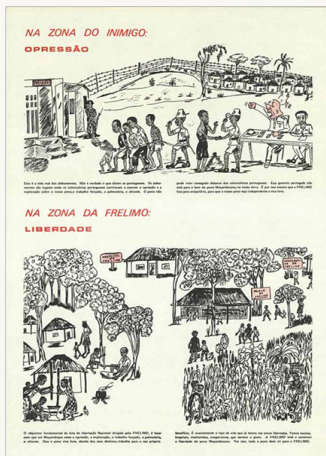


Imagem 1: Propaganda da FRELIMO, 1972.

Fonte: <https://socialhistory.org/en/collections/posters-mozambique>

“Na zona do inimigo: Opressão” busca-se mostrar o que seria “a vida real dos aldeamentos” ilustradas por um ambiente hostil cercado por arame farpado, casas lineares, pouca vegetação, pessoas aprisionadas e um homem branco vociferando. Em contraposição, a “Zona da FRELIMO: Liberdade” é representada a partir de uma noção orgânica composta por casas relativamente dispersas, plantações, árvores, pessoas em suas atividades cotidianas e alguma infra-estrutura, em consonância com o texto onde se afirma que:

O objetivo fundamental da luta de libertação Nacional dirigida pela FRELIMO, é fazer com que em Moçambique cesse a opressão, a exploração, o trabalho forçado, a palmatória, o chicote. Que o povo viva livre, decida os seus destinos, trabalhe para seu próprio benefício. É exatamente o tipo de vida que já temos nas zonas libertadas. Temos escolas, hospitais, machambas, cooperativas, que servem para o povo. A FRELIMO está a construir a liberdade do povo Moçambicano. Por isso todo povo deve vir para a FRELIMO.

Contudo, a experiência das zonas libertadas também mostrou as disputas de poder ali estabelecidas e que seriam replicadas a nível da nova nação. De um lado os chefes tradicionais e membros de linhagens prestigiadas questionaram certas concepções como organização do trabalho, estratégia militar, participação das mulheres na luta e entenderem tais ações como deslegitimação de seus poderes tradicionalmente constituídos. Já para os quadros da Frente o poder tradicional era acusado de retrógrado, reticente ao progresso e pouco afeito a noção de unidade. Tal situação agudizou as tensões internas e resultou na expulsão do grupo considerado “regionalista” e “tribalista” liderado por Lázaro Nkavandame. Após o II Congresso de 1968 e, sobretudo com a morte do presidente da Eduardo Mondlane (1969), novos princípios ideológicos foram introduzidos nas zonas libertadas como a obrigatoriedade da produção e divisão coletiva. Neste modelo de socialismo de guerra, o trabalho e a produção foram definidos como um ato político militar.

A experiência vivenciada nas zonas libertadas influenciou a programa político e social do pós-independência e com isso o modo de vida disperso da população rural

moçambicana continuou sendo alvo de regulamentação. O projeto de reordenamento rural socialista foi propagado como um meio adequado para pôr fim aos vestígios considerados “coloniais-capitalistas” ou “tradicionais-feudais”. Importa lembrar que uma das principais preocupações da FRELIMO no pós-independência foi garantir seu poder, sem correr riscos frente aos chamados poderes “tribalistas” ou “regionalistas”²⁶.

Na perspectiva do novo governo, três pilares sustentariam a socialização do campo: A primazia do setor estatal (incluindo as fazendas estatais), as cooperativas agrícolas e as aldeias comunais. Ou seja, a agricultura organizada em cooperativas em detrimento da histórica produção familiar seria a base, a indústria o fator dinamizador e a aldeia comunal a unidade de produção. As aldeias comunais seriam também o locus da transformação do *homem novo* moçambicano que, para ser produtivo e organizado, não deveria viver disperso nos matos.

Durante a abertura da *Escola do Partido* realizado na Matola, em 25 de outubro de 1975, o primeiro presidente moçambicano, Samora Machel, enfatizava sua visão sobre a dispersão, asseverando que: “As aldeias comunais são este instrumento político porque nos unem e organizam e assim habilitam-nos a exercer efetivamente o poder conquistado. Devemos saber que dispersos e desorganizados não podemos exercer o poder”²⁷. Tal citação foi inserida na *Resolução Sobre Aldeias Comunais*, principal documento no tocante a definição das ACs, elaborado durante a 8ª Seção do Comitê Central da FRELIMO, em 1976. A *Resolução* se detém no tema da dispersão ao identificá-la como um entrave para os camponeses pois “impedia-os de se organizarem e conjugarem os seus esforços no sentido de controlar a natureza e, por outro lado, constituir a força capaz de resistir à exploração capitalista”²⁸ e segue atentando para o fato de que:

Devemos estar conscientes das desvantagens de continuarmos a viver dispersos, separados por quilômetros e quilômetros de zonas desabitadas. O colonialismo, conhecedor desta realidade, utilizou-a e acentuou-a, de modo a agravar as condições de isolamento do campesinato moçambicano, a impedir a troca de experiências, a coordenação e a unidade entre os camponeses mais explorados. De facto, se as massas camponeses exploradas se organizarem para viverem em conjunto nas aldeias comunais poderão coordenar e conjugar seus esforços, criando as bases sólidas para o desenvolvimento político, cultural, económico e social, em suma, para a melhoria global das suas condições de vida²⁹.

Nesse documento, é possível perceber que a leitura que a FRELIMO fez das ações coloniais não coincide com o esforço da administração colonial em acabar com o “isolamento” das populações, expresso nos debates sobre o reordenamento. Ao não mencionar as ações de reordenamento coloniais, a FRELIMO buscou legitimar a proposta de aldeamento na construção do homem novo. Com isso, os problemas das imensas “zonas desabitadas” foi identificado como uma estratégia de dominação colonial que deveria ser alterada através da instituição das aldeias comunais.

Ainda na 8ª Seção do Comitê Central, o Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH) elaborou um primeiro manual de planificação física da aldeia comunal apresentado às estruturas nacionais. O manual definia critérios básicos para a escolha da localização das aldeias e sugeria o número de 250 famílias (ou cerca de 1.250 pessoas) para cada aldeamento. Os aldeamentos deveriam fornecer serviços sociais, tais como um centro político e cultural,

26 Ver: FARRÉ, Albert. “Assimilados, régulos, Homens Novos, moçambicanos genuínos: a persistência da exclusão em Moçambique”, *Anuário Antropológico/2014*, Brasília, UnB, 2015, v. 40, n. 2, p. 199-229.

27 MOÇAMBIQUE. Comissão Nacional das Aldeias Comunais. Discurso de Samora Machel na abertura da Escola do Partido, VIII Seção do Comitê Central. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, Cx 166, 25/10/1975.

28 *Ibidem*, p.32.

29 *Ibidem*, p.9.

posto policial e exército, um centro de administração e controle de produção (planejamento e arquivos), a loja do povo ou loja de cooperação para substituir as antigas cantinas coloniais, uma escola, uma estação de primeiros socorros, um jardim de infância, depósitos e um centro para pequenas indústrias. As ACs deveriam simbolizar um espaço modernizado, geometrizado com talhões bem alinhados seguindo o padrão de 30 x40m, ruas largas de 10-20 metros. Em suma, a aldeia comunal seria o veículo capaz de *trazer a cidade ao campo*, expressão encontrada em diferentes documentos. A cidade, mesmo que proclamada como reduto de vadios, servia como modelo físico urbano para impedir a dispersão rural uma vez que: "A luta entre o velho e o novo é uma luta global da sociedade que não diz respeito somente à Aldeia Comunal"³⁰.

Cinco anos depois da fala de 1975, o combate à dispersão continuava presente nos discursos do presidente Samora Machel, como o proferido aos administradores distritais, em 1980. Nesse, a dispersão é enquadrada como um obstáculo para o avanço econômico e social que a FRELIMO pretendia alcançar onde somente através da socialização do campo:

Ultrapassaremos a presente situação em que a pequena produção é dominante. Temos milhões de pequenitas machambas, dispersas, sem rendimento. Temos milhões de machambas que não permitem alimentar bem o Povo; que não permitem acumular riqueza necessária para comprar a camisa, a capulana, os sapatos, a enxada, o arado, o prato, o copo, os utensílios necessários à nossa vida. Dispersos não produziremos a riqueza necessária. Não produziremos o excedente de que precisamos para construir as fábricas que produzem as alfaías agrícolas, os tratores, a roupa, o calçado, o cimento e os utensílios necessários à nossa vida³¹.

Além de ser combatida, a dispersão foi categorizada como uma má-influência para os habitantes das aldeias comunais. A *Resolução sobre Questões Sociais e Culturais* elaborada para a 1ª *Reunião Nacional das Aldeias Comunais* de 1980, pontuou que "a permanência dos valores socioculturais do colonialismo e, em especial os da sociedade feudal"³² como ritos de iniciação, feitiçaria, lobolo, poligamia continuavam sendo realizadas com o apoio das populações dispersas e periféricas às aldeias. Portanto, a Resolução pontuava a necessidade de reforçar a vigilância e neutralizar a influência das populações dispersas entre os habitantes das aldeias comunais "que ainda estão hesitantes, indecisos e arreigados às ideias velhas"³³. Ou seja, mesmo aglomeradas, para burlar o enquadramento das aldeias comunais exercido pelas organizações de jovens, mulheres, grupos dinamizadores, os aldeados recorriam às populações dispersas para garantir o exercício de certas práticas tradicionais como a visita a curandeiros, rituais iniciáticos, casamentos poligâmicos e outros.

Outro elemento do debate socialista no que se refere ao chamado desenvolvimento rural (encabeçado pelas aldeias comunais e fazendas estatais) é que ele contou com diversos atores. Frente a reduzida quantidade de quadros para efetivar os planos da nova nação, entidades internacionais em particular a FAO e a UNICEF, atuaram junto a diferentes departamentos do Estado. O arquiteto Jorge Forjaz, então diretor da Direção Nacional de Habitação, ressaltou que logo após a independência era evidente a falta de profissionais qualificados, reduzidos ao número de apenas 2 arquitetos para a elaborar a complexa tarefa de planeamento físico, em todo

30 MOÇAMBIQUE. Comissão Nacional das Aldeias Comunais. Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais: Resolução sobre questões sociais e culturais. Aldeia Comunal 3 de fevereiro, Gaza, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, cx. 166, de 03/1980.

31 MOÇAMBIQUE. Jornal Notícias: Enquadrar e Mobilizar Todo o povo através dos órgãos locais do Estado. Maputo, 09/10/1980. Disponível em: http://www.mozambiquehistory.net/people/samora_speeches/1980/19801008_encontro_com_administradores_locais.pdf Acessado em 28/07/2016.

32 MOÇAMBIQUE. Comissão Nacional das Aldeias Comunais, 1ª Reunião nacional das aldeias comunais-Resolução sobre questões sociais e culturais. Lisboa, Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, MZ-Agr. III-1/15, 1980. p.2.

33 *Ibidem*, p.3.

país³⁴. Assim sendo, além dos pesquisadores envolvidos com organismos multilaterais, outras instituições como a Universidade Eduardo Mondlane por meio do Centro de Estudos Africanos e do Técnicas Básicas para o Aproveitamento dos Recursos Naturais (TBARN) e o Instituto Nacional de Planificação Física se dedicaram a realizar pesquisas e produzir relatórios que discutissem o tema da socialização rural. Em suma, um grupo diversificado de moçambicanos e estrangeiros, compunham a *intelligentsia* do período socialista que era chamada a contribuir para questões tidas como fundamentais como o reordenamento rural. Portanto, diversos são os relatórios, textos e estudos resultantes dessa interação, nem sempre horizontal, entre pesquisadores, Estado e organismos multilaterais por onde caminhava o debate.

Alguns desses estudos, a exemplo do relatório *Transformação da organização social e do sistema agrário do campesinato no distrito do Erati: processo de socialização do campo e diferenciação social* (1985)³⁵ escrito por Christian Geffray vinculado ao Departamento de Arqueologia da UEM e Mogens Pedersen do Departamento de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e também o projeto: *Contribuição para o Estudo do habitat tradicional de Moçambique. Belane-Vilanculos-Inhambane*³⁶ coordenado por o Adolfo Yánez Casal e José Fialho, vinculados ao Instituto Nacional de Planificação em parceria com a Habitat-Nações Unidas (1983) fomentaram uma série de críticas a respeito das ações verticalizadas do governo, frente aos modos de vida dispersos dos povos moçambicanos. Entre estas ressalta-se a medida em que a modernização da agricultura e a transformação dos meios de produção nas aldeias comunais era diametralmente oposto as formas de organização locais. Os relatórios são densos e mereceriam um artigo exclusivo, mas serve de reflexão a conclusão do texto coordenado por Casal que, após se debruçar acerca da unidade básica da habitação - os chamados *mutis* de Inhambane, caracterizadas por “um conjunto de espaços organicamente estruturados, especialmente unitários e descontínuos, mas, social e simbolicamente interdependentes e plurifuncionais”, se refere a situação das aldeias comunais como um local em que:

Os aldeões são interpelados a aderir a um mundo de normas, concepções, palavras de ordem e perspectivas socioeconômicas de caráter inovador e revolucionários em relação as coordenadas e estilo de vida do habitat disperso. A apresentação da nova ordem é feita em termos dualistas de verdade e progresso num caso e de erros e atraso para a ordem dita tradicional até então praticadas. A mobilização assim feita leva em geral aos camponeses a ter também uma compreensão dualista da mensagem: A nova ordem de relações sociais e de habitat seria então assumida pelos camponeses em termos de decreto, como um fator externo ao que será preciso adotar o seu modo de ser e de viver. A antiga ordem de relações sociais e de habitat seria em si própria negativa e por tanto censurável o que conduziria à sua ocultação. As respostas da maioria dos camponeses que seguem a este tipo de apelos e solicitações, não podem deixar de ser dualistas e ambíguas, traduzindo-se por obediência passiva às palavras de ordem, por práticas provisórias, ao mesmo tempo que mantem e praticam (com reservas, adaptações e estratégias) na ordem antiga ainda operatória e funcional no domínio da reprodução social e material³⁷.

Porém, assim como os aldeamentos coloniais, diversas foram as estratégias elaboradas pela população para negar a aldeia comunal. Em 1978 um documento alardeava que: “Temos um problema muito grave: O povo está contra as aldeias comunais. O serviço está

34 Ver: FORJAZ, José. *A planificação física em Moçambique Independente*. 2004. Disponível em: <http://www.joseforjarzarquitectos.com/textos/planmocind.html>. Acesso em 21/04/2016.

35 GEFFRAY, Christian e PEDERSEN Mogens. *Moçambique (Transformação da organização social e do sistema agrário do campesinato no Distrito de Erati: processo de socialização do campo e diferenciação social)*. Lisboa, Centro de Documentação Amílcar Cabral. Cota MZ-Agr. IV-1, 1985. 101p.

36 YÁNEZ, Adolfo & FIALHO, José. *Moçambique (Contribuição para o Estudo do habitat tradicional de Moçambique. Belane-Vilanculos-Inhambane) Instituto Nacional de Planificação em parceria com a Habitat-Nações Unidas: Nairobi, 1983*. Lisboa, Centro de Documentação Amílcar Cabral - Cota MZ-U/T/H I-1 A-B. 37 *Idem*, p.170-171.

paralisado desde quinta-feira dia 25 de outubro de 1978. Dizem que no Mopeia o povo negou aldeia nós também não viremos trabalhar"³⁸. Este é um pequeno indício de que a socialização do campo através da transformação dos modos de habitar nas aldeias comunais e de produção nas cooperativas e machambas coletivas não foram bem aceitas pela população que começou a fugir, boicotar, ignorar ou apenas fingir aceitar as ordens vindas "da nação" como muitos chamavam Maputo. Alguns autores³⁹ afirmam que este descontentamento fez com milhares de pessoas aderissem a RENAMO durante a guerra dos 16 anos. De todo modo, parece notório que as aldeias comunais não tiveram a simpatia esperada, como atesta o documento abaixo:

O ano de 1977 assiste ao desmembramento de imensas aldeias comunais. Registam-se incêndios em algumas aldeias e as populações não refazem as casas pois já possuem a sua junta da machamba familiar dispersa. As machambas colectivas não crescem. Começa-se a ver o aparecimento de imensas casas dispersas. Os régulos iniciam o processo de desmobilização dos camponeses, arrastando-os para fora das aldeias. Alguns desmandes de alguns elementos infiltrados nas estruturas dos Grupos Dinamizadores, que se traduzem pelo açambarcamento dos produtos das machambas coletivas, provocam uma onda de preocupação no seio dos camponeses que comecem a chamar as machambas coletivas as "machambas do governo". Estas informações indicam-nos pouco a pouco que os camponeses não consideravam, as machambas coletivas como "suas machambas"⁴⁰

Algumas considerações

Diante das evidências quanto ao combate a dispersão aqui apresentadas é possível afirmar que nem a administração colonial tampouco a pós-colonial buscaram compreender de forma mais profunda a organização territorial dos povos moçambicanos. A dispersão enquanto característica do agregado familiar em Moçambique é fruto do cálculo construído entre as disponibilidades de um espaço físico organizado a partir de relações de parentesco e as necessidades alimentares do grupo. Assim, fatores como o crescimento demográfico ou de concentração populacional são capazes de desequilibrar profundamente esse frágil sistema já que: " Uma densidade maior de população implicará uma ocupação e uso mais intenso das terras disponíveis, uma diminuição das florestas, uma tendência para encurtar os períodos de pousio da terra"⁴¹. E tais fatores representam um grave risco para a reprodução alimentar e social da população, portanto a prática da dispersão.

Para o povo *Cheua* de Tete, por exemplo, a unidade territorial local formada pela relação entre pequenas aldeias que, com o tempo e circunstâncias derivam em outras, foi ignorada pelos projetos de reordenação. Uma rede de elementos autônomos e interdependentes controladas por um guardião das terras, o chefe territorial *Mwini Dziko*, responsável pela segurança de sua comunidade e por desempenhar funções diversas garantia tal unidade territorial. O próprio tamanho de uma aldeia dependia de fatores como o ambiente físico e sua capacidade de carga, acesso a água, aptidão da terra, abundância da caça, além da capacidade de seu chefe para reunir seguidores em torno dele. As pequenas aldeias compostas por cabanas, celeiros, cozinhas, gaiolas para aves e espaço para reuniões

38 MOÇAMBIQUE. Comissão Nacional das Aldeias Comunais, Carta da Comissão Provincial Aldeias Comunais de Quelimane para a Administração do Distrito de Mopeia (Confidencial). Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique Documento avulso 10/11/ 1978.

39 Ver: GEFFRAY, Christian. *A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea*. Porto: Afrontamento, 1991.

40 MOÇAMBIQUE. Moçambique Agricultura, João Ferreira: Algumas considerações sobre o problema do sector familiar em Cabo Delgado. Relatório solicitado pelo comissário político e governador da província de Cabo Delgado. Lisboa, Centro de Documentação Amílcar Cabral, MZ Agric III. Nampula, 8/05/1978, p.11.

41 CASAL, Adolfo. *Antropologia e desenvolvimento: as aldeias comunais de Moçambique*. Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia, 1996, p.96.

não apresentavam limites como cercas e tampouco eram organizadas de forma retilínea, mas sim divididas em “bairros” determinados pelo parentesco do mesmo segmento matrilíneo, os *achigawo*. O território, definido pelo parentesco também definia a organização social e a *machamba* dos recém casados, em um primeiro momento, estava atrelado a terra dos pais da mulher até que esses julgassem o casal habilitado para ter sua própria *machamba* de milho, sorgo, inhame, feijão, amendoim, banana e mandioca, principais culturas da região⁴².

Portanto, a insistência na dispersão e a resistência em se aldear, embora tenha sido explicada como resultado da “psicologia inculta” e “tribalista” *indígena* ou fruto da “exploração capitalista colonial” faz parte de um sofisticado cálculo feito em prol da sobrevivência do agregado familiar e suas determinantes alianças. Mas o caráter economicista centrado na produção do excedente, tanto no colonialismo quanto no socialismo, reduziu a complexidade da dispersão a um mero obstáculo para a execução de seus projetos de poder.

Em verdade, o combate à dispersão implicou no enquadramento de pessoas e de poderes “concorrentes”: guerrilheiros nacionalistas no colonialismo e poder tradicional no socialismo. Além disso, o projeto de organização social através da aglomeração das pessoas foi baseado, em ambos casos, em noções modernas de moralização de comportamentos frente a higiene, sexo e trabalho. Não por acaso os projetos colonialistas e socialistas tratam o espaço da aldeia como o local em que se desenvolveriam as chamadas “habitações condignas”, e onde se combateria “a apatia e passividade, a preguiça, a lentidão e falta de dinamismo, os casamentos prematuros, ritos de iniciação, tribalismo, regionalismo, curandeirismo, feitiçaria e concepções idealistas”⁴³, conforme indicou o documento produzido durante a 1ª Reunião Nacional das aldeias comunais, em 1980.

Diante deste cenário, a dispersão também foi condenada pois a pulsão da errância quebra o compromisso da residência, característica própria do sistema moderno de controle. Além disso, a aglomeração de pessoas em torno de uma comuna, de uma aldeia, de uma vila, de uma cidade, eleva o mito do progresso de modernidade. E a engrenagem do controle moderno exerce seu poder naquilo que é fixo, previsível, domesticado. Já aquilo que se move, como o andarilho, o migrante, o exilado, o refugiado, o nômade, o disperso, escapam da regulamentação e transgridem a ordem estabelecida⁴⁴.

E, lamentavelmente, o que se pode averiguar em relação aos atuais reassentamentos populacionais fruto da exploração dos megaprojetos é que a visão superficial da dispersão continua atuante. Enquanto Marcelo Caetano, na abertura da *Exposição das Construções*, em 1944, pronunciava que “Os espaços a encher são vastíssimos”, em 2008, o então presidente da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão conclamava seus amigos fazendeiros a ocuparem as savanas moçambicanas já que “ Moçambique é um Mato Grosso no meio da África, com terra de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete muito mais barato que para a China”⁴⁵. Ou seja, ainda que grande parte da população moçambicana trace estratégias que buscam garantir seus modos de vida próprios, a permanência dos projetos de poder pautados em um combate pouco reflexivo à dispersão e em nome do “desenvolvimento”, é algo que insiste em persistir.

42 COELHO, *op.cit.*

43 MOÇAMBIQUE, Comissão das Aldeias Comunais, 1ª Reunião nacional das aldeias comunais- Resolução sobre questões sociais e culturais. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, Documento Avulso, 1980.

44 MAFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo e outras vagabundagens pós-modernas*. SP e RJ: Ed Record, 2001.

45 Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201102.htm>